



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Registro de Preço para aquisição de defensivos agrícolas (herbicidas e adjuvante), destinados ao controle de plantas daninhas e à manutenção de áreas públicas e institucionais do município, visando atender às demandas das secretarias municipais na conservação de espaços urbanos e rurais.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de herbicidas e adjuvantes, destinados ao controle e manejo de plantas daninhas em áreas públicas urbanas e rurais sob responsabilidade do Município, incluindo estradas vicinais, terrenos institucionais, áreas verdes, praças, campos esportivos e demais espaços públicos que demandam manutenção periódica e contínua. A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada conservação dos espaços públicos, a segurança da população, a preservação das vias e a continuidade dos serviços públicos essenciais de manutenção urbana e rural.

A contratação encontra respaldo no art. 6º e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelecem o dever da Administração Pública de promover contratações necessárias ao atendimento do interesse público, assegurando eficiência, economicidade e adequada prestação dos serviços públicos. Da mesma forma, o art. 28 da referida lei prevê o pregão e o sistema de registro de preços como instrumentos adequados para aquisição de bens de natureza comum, como os insumos objeto desta contratação.

Além disso, a utilização e aquisição de herbicidas possui amparo na Lei Federal nº 14.785/2023 (Lei dos Agrotóxicos), que disciplina a pesquisa, produção, comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação e fiscalização de pesticidas e produtos de controle ambiental, permitindo sua aquisição e uso por entes públicos, desde que observados os registros e autorizações dos órgãos federais competentes, especialmente Ministério da Agricultura, ANVISA e IBAMA. Nesse sentido, os produtos a serem adquiridos deverão possuir regular registro nos órgãos competentes e atender integralmente às exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Ainda, considerando que a vegetação invasora compromete a segurança em vias públicas e rurais, reduzindo visibilidade, favorecendo a proliferação de animais peçonhentos e prejudicando a conservação do patrimônio público, a contratação visa garantir condições adequadas de trafegabilidade, limpeza, conservação e segurança dos espaços públicos, atendendo diretamente ao interesse coletivo.

Por fim, a contratação também observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade administrativa, uma vez que o manejo químico reduz a necessidade de intervenções manuais frequentes, como capina e roçada, otimizando mão de obra, tempo e recursos públicos, garantindo maior efetividade nas ações de manutenção e conservação dos espaços públicos municipais.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL





A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.

4. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme pesquisa de preços e os demais documentos anexos, segue a estimativa de custos, bem como as especificações técnicas básicas:

VALOR ESTIMADO: R\$ 32.595,67 (Trinta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Conforme descrição abaixo:

| CATMAT | Código | Item | Unidade | Quantidade | Valor Unit | Valor Total |
|--------|--------|--|---------|------------|------------|--------------|
| 636911 | 01 | Herbicida sistêmico, não seletivo, de ação total, apresentado na forma de granulado solúvel em água (SG), destinado ao controle de plantas daninhas em áreas urbanas, rurais e institucionais. Ingrediente ativo: Glifosato (sal de amônio) Concentração mínima: 790 g/kg Formulação: SG (granulado solúvel) Classe: Herbicida sistêmico pós-emergente Produto de ação sistêmica, absorvido pelas folhas e translocado para toda a planta Controle amplo de plantas daninhas (folhas largas e estreitas) Não seletivo, com eliminação total da vegetação atingida Embalagem original de fábrica Conteúdo líquido: 5 kg Embalagem resistente, lacrada e com identificação legível | UN | 50 | R\$ 158,67 | R\$ 7.933,33 |
| 486681 | 02 | Herbicida seletivo, sistêmico, do tipo graminicida, indicado para o controle de plantas daninhas do grupo das gramíneas Ingrediente ativo: Cletodim Concentração mínima: 240 g/L Formulação: Concentrado emulsionável (EC) Classe: Herbicida seletivo sistêmico Produto de ação sistêmica, absorvido pelas folhas e translocado na planta Alta seletividade, preservando culturas de folhas largas Controle eficaz de gramíneas anuais e perenes Baixa ou nenhuma ação sobre plantas de folhas largas e ciperáceas Embalagem original de fábrica Tipo: bombona plástica resistente Conteúdo: 20 litros Produto lacrado e devidamente identificado | UN | 5 | R\$ 911,13 | R\$ 4.555,67 |
| 323586 | 03 | Adjuvante agrícola à base de óleo mineral, utilizado para melhorar a eficiência de defensivos agrícolas, promovendo maior espalhamento, aderência e absorção da calda de pulverização. Ingrediente ativo: Óleo mineral Concentração mínima: 756,8 g/L Grupo | UN | 5 | R\$ 454,67 | R\$ 2.273,33 |





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SULINA

www.sulina.pr.gov.br | prefeitura@sulina.gov.br



| | | | | | | |
|--------|----|---|----|----|---------------|---------------|
| | | químico: Hidrocarbonetos alifáticos Formulação: Concentrado emulsionável (EC) Classificação: Adjuvante / espalhante adesivo Produto emulsionável em água, formando calda homogênea. Atua reduzindo a tensão superficial, aumentando o espalhamento das gotas. Melhora a aderência e absorção dos defensivos nas folhas. Embalagem original de fábrica. Tipo: bombona plástica resistente. Conteúdo: 20 litros. Produto lacrado, com rótulo e identificação legíveis. | | | | |
| 636911 | 04 | Herbicida de contato, não seletivo, indicado para dessecação e controle de plantas daninhas em áreas agrícolas, especialmente em manejo pré-plantio e pré-colheita. Ingredientes ativos: Dibrometo de diquate - Amicarbazona, Concentração mínima: Diquate: aproximadamente 200 g/L (íon equivalente) - Amicarbazona: aproximadamente 50 g/L, Formulação: Suspensão concentrada (SC), Classe: Herbicida de contato. Produto de ação de contato, com efeito rápido sobre a parte aérea das plantas. Não seletivo, promovendo dessecação total da vegetação atingida. Indicado para: -Dessecação pré-plantio, -Dessecação pré-colheita (especialmente soja), -Manejo de plantas daninhas resistentes a outros herbicidas. Aplicação terrestre e aérea. Embalagem original de fábrica. Tipo: bombona plástica resistente. Conteúdo: 20 litros. Produto lacrado e identificado. | UN | 10 | R\$ 498,00 | R\$ 4.980,00 |
| 636911 | 05 | Herbicida seletivo, sistêmico, pós-emergente, indicado para o controle de plantas daninhas de folhas largas, semilenhosas e lenhosas em áreas de pastagem. Ingredientes ativos: Aminopiralde ou equivalente – 59,17 g/L. Picloram – 115,74 g/L. Fluroxipir (éster) – 144,09 g/L. Formulação: Emulsão óleo em água (EW). Grupo químico: Auxínicos (mimetizadores de auxina). Herbicida de ação sistêmica, absorvido pelas folhas e translocado até a raiz. Seletivo para pastagens, preservando gramíneas forrageiras. Indicado para controle de: -Plantas daninhas de folhas largas -Espécies lenhosas e semilenhosas de difícil controle. Embalagem original de fábrica: - Conteúdo: 1 litro. Embalagem plástica resistente, lacrada e identificada. | UN | 80 | R\$ 160,67 | R\$ 12.853,33 |
| total | | | | | R\$ 32.595,67 | |

Havendo divergências entre a descrição do item e o CatMat, deverá prevalecer o prescrito no Termo de Referência.

5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme parecer contábil datado de 04 de maio de 2026, segue:

| DOTAÇÕES | | | | |
|-----------|---------------|------------------------|------------------|--------------------|
| Exercício | Conta despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Valor das dotações |





| | | | | |
|------|------|---|-----------------|----------------|
| 2026 | 1835 | 07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.99.10.00 | 0 – Rec Livres | R\$ 467.717,00 |
| 2026 | 2182 | 07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.30.99.10.00 | 504 – Royalties | R\$ 24.633,18 |
| 2026 | 1609 | 07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.99.10.00 | 0 – Rec Livres | R\$ 112.319,67 |
| 2026 | 2183 | 07.02.15.452.0022.2.040000.3.3.90.30.99.10.00 | 504 – Royalties | R\$ 218.237,29 |

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Os produtos objeto da presente contratação deverão atender rigorosamente às especificações técnicas mínimas descritas, observando padrões de qualidade, segurança, eficiência agrônômica e conformidade com a legislação vigente.

Os herbicidas e adjuvantes deverão ser novos, originais de fábrica, de primeiro uso, acondicionados em embalagens lacradas, resistentes e devidamente identificadas, contendo rótulo com informações claras e legíveis sobre composição, concentração do ingrediente ativo, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, recomendações de uso, classificação toxicológica e orientações de segurança.

Os produtos deverão possuir registro regular e válido junto aos órgãos competentes, especialmente Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conforme exigência legal para comercialização e utilização no território nacional.

Deverão ser fornecidos acompanhados de bula técnica atualizada, ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ) e demais documentos técnicos exigidos pela legislação aplicável.

As especificações mínimas por item são:

Item 01 – Herbicida sistêmico não seletivo (ação total)

- Formulação: granulado solúvel em água (SG);
- Ingrediente ativo: Glifosato (sal de amônio);
- Concentração mínima: 790 g/kg;
- Ação sistêmica, pós-emergente;
- Controle de plantas daninhas de folhas largas e estreitas;
- Eliminação total da vegetação atingida;
- Embalagem original de fábrica contendo 5 kg.

Item 02 – Herbicida seletivo sistêmico gramínicida

- Ingrediente ativo: Cletodim;
- Concentração mínima: 240 g/L;
- Formulação: concentrado emulsionável (EC);
- Controle seletivo de gramíneas anuais e perenes;





- Alta seletividade para preservação de culturas de folhas largas;
- Embalagem original contendo 20 litros.

Item 03 – Adjuvante agrícola à base de óleo mineral

- Ingrediente ativo: óleo mineral;
- Concentração mínima: 756,8 g/L;
- Formulação: concentrado emulsionável (EC);
- Função de espalhante adesivo;
- Compatibilidade com defensivos agrícolas;
- Embalagem original contendo 20 litros.

Item 04 – Herbicida de contato não seletivo para dessecação

- Ingredientes ativos: Dibrometo de Diquate e Amicarbazona;
- Concentração mínima: Diquate 200 g/L e Amicarbazona 50 g/L;
- Formulação: suspensão concentrada (SC);
- Indicado para dessecação pré-plantio e pré-colheita;
- Controle de plantas resistentes;
- Embalagem original contendo 20 litros.

Item 05 – Herbicida seletivo sistêmico para pastagens

- Ingredientes ativos: Aminopiralde, Picloram e Fluroxipir (éster), ou equivalente técnico;
- Formulação: emulsão óleo em água (EW);
- Indicado para controle de plantas daninhas de folhas largas, semilenhosas e lenhosas;
- Seletivo para pastagens;
- Embalagem original contendo 1 litro.

Os produtos deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses contados da data da entrega, salvo quando o fabricante estabelecer prazo superior.

A entrega deverá ocorrer em conformidade com as solicitações da Administração, de forma parcelada, conforme necessidade, em local indicado pelo Município.

A contratada será responsável pelo transporte, descarregamento e entrega dos produtos, observando todas as normas de segurança para transporte de produtos químicos.

Os produtos entregues poderão ser recusados caso apresentem divergência em relação às especificações exigidas, avarias, violação de embalagem, prazo de validade insuficiente ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.





6.1. Documentação Técnica e Requisitos de Habilitação Técnica

Considerando a natureza do objeto, a empresa contratada deverá comprovar regularidade técnica e legal para comercialização de herbicidas, defensivos agrícolas e adjuvantes, mediante apresentação da seguinte documentação, sem prejuízo dos demais documentos de habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Licença ou Alvará de Funcionamento

Expedido pelo órgão competente do município sede da empresa, autorizando o exercício da atividade econômica compatível com o objeto da contratação.

b) Registro ou Inscrição no órgão competente para comercialização de agrotóxicos e afins

A empresa deverá comprovar regularidade junto aos órgãos de fiscalização agropecuária estadual ou federal, conforme legislação aplicável.

c) Licença Ambiental de Operação (quando aplicável)

Emitida pelo órgão ambiental competente, quando exigida para armazenamento e comercialização de defensivos agrícolas.

d) Registro dos produtos ofertados

Os herbicidas e adjuvantes ofertados deverão possuir registro válido no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), bem como atender às exigências da ANVISA e do IBAMA, nos termos da legislação vigente.

e) Bula técnica e ficha técnica dos produtos

Com descrição completa da composição, concentração dos ingredientes ativos, forma de aplicação, dosagem, cuidados e recomendações técnicas.

f) Comprovação de responsável técnico habilitado

A empresa deverá comprovar possuir responsável técnico legalmente habilitado, vinculado ao seu quadro técnico ou funcional, com registro no conselho profissional competente (CREA ou equivalente), quando exigido pela legislação específica.

g) Comprovação de destinação ambientalmente adequada das embalagens (logística reversa)

Declaração ou comprovação de participação em sistema de recolhimento e destinação final de embalagens vazias, conforme legislação ambiental aplicável.

7. DOS PRAZOS





7.1. Do prazo do contrato

A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da emissão do contrato, podendo ser prorrogadas a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

Em caso de prorrogado dos prazos de execução e vigência, os valores podendo sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do índice IPCA.

7.2 Prazo de entrega

O prazo máximo para entrega dos itens será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da requisição de compra.

Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro do território do Município, em horário de expediente, correndo por conta da contratada todas as despesas relacionadas ao transporte, carga, descarga e seguro dos materiais.

8. DA PESQUISA DE PREÇOS

As fontes de pesquisa de preços basearam-se em fornecedores conhecidos da Administração Municipal, juntamente com contratos de outros órgãos públicos. Assim, os valores unitários e totais foram obtidos mediante a média de preços, aferida de no mínimo três orçamentos e no mínimo duas fontes de pesquisa diversas, indicando o julgamento, demonstrando a realização de pesquisa de mercado.

9. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

No presente caso, verifica-se a viabilidade técnica do parcelamento, considerando que o objeto é composto por diferentes tipos de herbicidas e adjuvantes, cada qual com características técnicas, composições químicas e finalidades específicas de aplicação, podendo ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo à funcionalidade ou à execução do objeto como um todo. Trata-se de itens autônomos e divisíveis, cuja aquisição individualizada não compromete a padronização, a eficiência operacional ou a qualidade dos produtos a serem utilizados pela Administração.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto da presente contratação classifica-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os produtos a serem adquiridos — herbicidas e adjuvantes — possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser descritos de forma clara, precisa e suficiente no Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

a) São obrigações do Contratado:

a.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

a.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);





- a.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- a.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- a.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com a Administração para gestão do contrato;
- a.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- a.7. manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município, conforme legislação vigente;
- a.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- a.9. arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133/2021, de 2021.

b) São obrigações do Município Contratante:

- b.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- b.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas, fixando prazo para correção;
- b.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores designados;
- b.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e em seus anexos;
- b.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- b.8. prestar esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pelo Contratado, assim como emitir decisão sobre as solicitações e reclamações sobre a execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- b.9. ressarcir o Contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- b.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao órgão competente, para a apuração de eventuais ilícitos.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e mediante verificação da regularidade fiscal, observadas as disposições do Termo de Referência.





12.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente, que deverá ser na instituição financeiro contratado pelo Município.

12.3 O prazo estabelecido no item “a” ficará suspenso na hipótese prevista no item 13, “d.1” das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Sulina, CNPJ 80.869.886/0001-43, Endereço Rua Tupinambá nº 68, bairro Centro, constando número do contrato e empenho, para fins de rastreabilidade.

13. DO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- a) É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
 - Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- b) A alteração subjetiva a que se refere o item anterior deverá ser formalizada através de termo aditivo ao contrato.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto do contrato será cumprido conforme o cronograma destacado no item 9 deste termo de referência.

17. DAS RETENÇÕES FISCAIS

17.1. A CONTRATANTE realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.





17.2. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

17.3. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

17.4. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos art. 3º e seguintes do Decreto nº 107/2023 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 098/2023 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Departamento Jurídico.

19. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

a) Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a.1) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- a.2) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- a.3) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- a.4) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- a.5) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras, Patrimônio e Material para a formalização dos procedimentos de que trata o art. 91 da Lei nº. 14.133, de 2021, no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias ou em tempo hábil;
- a.6) elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;
- a.7) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);
- a.8) analisar a documentação que antecede o pagamento;
- a.9) analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a.10) analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- a.11) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- a.12) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- a.13) responder a solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;





a.14) outras atividades compatíveis com a função.

b) O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, a entrega dos materiais e a execução das obras e serviços de engenharia.

b.1) O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

b.2) A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos na legislação aplicável.

b.3) O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia e demais áreas correlatas, sendo que essa figura não se confunde com o fiscal da obra em si, o qual deverá ser engenheiro ou arquiteto com conhecimentos técnicos na área afim de aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação de serviços são compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados, podendo ser auxiliado pelo fiscal do contrato.

b.4) O fiscal de contrato terá as seguintes atribuições:

b.4.1) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b.4.2) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b.4.3) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

b.4.4) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

b.4.5) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

b.4.6) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

b.4.7) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

b.4.8) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

b.4.9) convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com a finalidade de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para a execução do objeto, dentre outros que julgar pertinente, se for o caso.

c) Caberá ainda ao fiscal do contrato:

c.1) esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

c.2) expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

c.3) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

c.4) adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

c.5) conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

c.6) proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;





- c.7) determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- c.8) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- c.9) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- c.10) receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- c.11) dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- c.12) verificar a correta aplicação dos materiais;
- c.13) requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- c.14) realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;
- c.15) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- c.16) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c.17) no caso de obras e serviços de engenharia, manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
- c.18) visar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
- c.19) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- c.20) outras atividades compatíveis com a função.
- d) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- e) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- f) A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- f.1) os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- f.2) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- f.3) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- f.4) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f.5) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f.6) a satisfação do público usuário.
- g) O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- h) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no





contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

i) O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

j) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

j.1) no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em relação aos empregados vinculados ao contrato.

j.2) No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

j.3) No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

k) A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria da Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

O Fiscal do Contrato, quando verificar problemas no nível de qualidade dos serviços, deverá intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições, conforme **Portaria Municipal nº 030/2025**, sendo:

| | |
|---------------------------|---------------------------------|
| SECRETARIA | VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS |
| SECRETARIO | DONIZETE MARQUES |
| GESTOR DO CONTRATO | MOACIR DA ROSA |
| FISCAL DO CONTRATO | DARLEI FORLIN |





PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE SULINA

www.sulina.pr.gov.br | prefeitura@sulina.gov.br



| | |
|--------------------|------------------------------|
| FISCAL DO CONTRATO | JEANDRA DE PAULA C. NOGUEIRA |
| SECRETARIA | AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE |
| SECRETARIO | CELSO JOSÉ GRIEBELER |
| GESTOR DO CONTRATO | CELSO JOSÉ GRIEBELER |
| FISCAL DO CONTRATO | GIOVANA MARTINELLI |



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

ALAN LUIZ GRIEBELER
SETOR DE CONTRATAÇÕES
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Documento assinado digitalmente em 06/05/2026 10:20:17
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/5fasw> para
verificar a autenticidade.

